

Reunião da Câmara Temática de Mobilidade a Pé

Data: **10 de Setembro de 2020** (quinta-feira)

Horário: **10h às 12h (online)**

Participantes | Poder Público:

- Eduardo Macabelli - CET
- Evely Trevisan Lacerda – CET
- Grasieli Souza - SMT
- José Eduardo Canhadas – CET
- José Renato Melhem – SMT
- Juliana Cruz - SPTrans
- Luiza Gomide – CET
- Luiz Guimarães - SMT
- Maria Teresa Diniz – Secretária Executiva, CMTT
- Michele Perea - SMT
- Nancy Schneider – CET
- Paulo Leite Júnior - SMT
- Rosa Oliveira – CET
- Rosemeiry Leite – CET

Participantes | Integrantes da CTMP, Usuários Temáticos e Regionais:

- Ana Carolina Nunes – Mobilidade a Pé
- Élio J. B Camargo – integrante da CTMP
- Gilberto de Carvalho – integrante da CTMP
- Helena Degreas – integrante da CTMP
- Sandra Ramalho – Pessoas com Deficiência

Observadores:

- Letícia Sabino - SampaPé
- Wans - CidadeaPé

Luiza – abriu a reunião e enunciou a pauta: **1)** projetos de ruas para a mobilidade ativa – avanços (José Renato vai apresentar); **2)** projeto-piloto de extensão de calçadas na área central – avanços; **3)** execução das obras do PEC (breve relato); **4)** resposta sobre a Regulamentação do Artigo 30 da Lei 13.241/01 e **5)** resposta sobre a proposta de edital de processo eletivo para a CT de Mobilidade a Pé.

Maria Teresa - antes de iniciarmos com o José Renato, conseguimos aprovar a Ata da reunião passada? Enviamos ontem, conseguiram ler?

Sandra Ramalho – dei uma lida e por mim está aprovada.

Maria Teresa – então aguardaremos até o final do dia, se alguém tiver algum comentário poderá nos enviar por e-mail para Rosa ou Evely e publicaremos no site.

José Renato – Bom dia. Conforme conversado em semanas anteriores, a PMSB em parceria com algumas entidades de mobilidade ativa, a Universidade Mackenzie, a Associação Comercial, enfim, com a sociedade civil, buscou identificar locais na cidade onde há um fluxo grande de pessoas para desenvolver projetos buscando um espaçamento melhor, uma condição mais adequada de mobilidade em função da pandemia. Inicialmente foram identificados 18 locais em duas oficinas participativas que foram realizadas online. Nas oficinas foram desenvolvidos modelos de intervenções rápidas e de baixo custo (projetos simples). Estudamos esses modelos (tipos de rua e calçadas) e escolhemos 4 locais (1ª. Fase) para implantarmos de imediato um piloto e avaliarmos os resultados; a partir daí serão pensadas as próximas ações. **Iniciou a apresentação:** “Ruas para Mobilidade Ativa durante a Pandemia”. **Obs.:** a apresentação será disponibilizada e integra esta Ata.

Luiza – complementando, em relação a Ladeira Porto Geral, o projeto está pronto, já foi enviado para a implantação no dia 08.09.2020. Em breve será implantado. Estamos estudando duas outras possibilidades de implantação que, se viabilizadas, apresentaremos para o grupo.

José Renato - esqueci de falar que além do passeio verde (padrão de sinalização), pensamos em trabalhar a comunicação com algum tipo de grafismo no solo. Neste sentido, nossos parceiros - Letícia, Murillo, Wans -, que têm expertise nesta área, poderão auxiliar. O objetivo é que as pessoas entendam a importância da intervenção.

Sandra Ramalho – sobre o **tapete verde**, gostaria de chamar atenção às rampas de retorno à calçada. Por vezes precisamos voltar para a calçada por causa de algum comércio ou outros e não temos esta possibilidade; temos que ficar no tapete verde e não encontramos uma rampa de acesso adequada. Outra questão é a **angulação do tapete verde**; na angulação transversal podemos tombar na calçada devido a sarjeta. Quando da implantação é necessário que tanto a angulação quanto o acesso sejam contemplados.

José Renato – **angulação:** observação importante e por isso mesmo nossa proposta para a largura da calçada no Largo da Concórdia é de 2 m e na Ladeira Porto geral, por causa dos veículos, se não me engano, é de 2,60 m. A ideia é trabalhar com pintura; não conseguiremos fazer obras civis na calçada da Ladeira neste momento. Quando ampliamos um pouco mais a largura da calçada conseguimos uma faixa onde a inclinação é um pouco menor e poderá facilitar essa mobilidade. **Acessos:** a princípio trabalharemos com os acessos das equinas e, caso não estejam adequados, serão corrigidos. Há alguns acessos com rebaixamento para os veículos que já existem. Se verificarmos trechos muito largos sem acessos das calçadas para as pistas, poderemos estudar algum tipo de intervenção temporária. Nossa intenção é mesmo utilizar pintura e balizadores para que as pessoas possam ter mais rapidamente esse espaço ampliado.

Luiza – mais algum comentário sobre este tema? Bem, sobre a execução das obras do PEC, conversei com o Luan e foi disponibilizada uma planilha em que aparecem as vias onde as obras estão sendo executadas. Não conseguimos uma apresentação para hoje. Pelo que foi passado, temos 750.000 m² requalificados e concluídos (entre PEC e obras realizadas pelas Subprefeituras) até o momento. Não sei se gostariam de fazer algum outro comentário a este respeito.

Maria Teresa - podemos sugerir que a SMSUB venha fazer outra apresentação na próxima reunião. Convidaremos desde já. Considero melhor do que falarmos por eles.

Ana Carolina – sobre o que foi falado, em porcentagem, quanto já está concluído? Tem alguma ideia a partir dos dados que já tem em mãos?

Maria Teresa – o total feito pelas subprefeituras e pelo PEC é 750.000 m². Quando filtramos a planilha que recebemos, temos 206.000 m² concluídos pelo PEC e mais 550.000 m² realizados pelas subprefeituras. O total da meta até o final do ano era 1.500.000.

Sandra Ramalho – havia comentado em reuniões anteriores sobre os pontos de ônibus. Isto está interligado com as calçadas. Existe uma **determinação** para que o **ponto de ônibus seja elevado** (de 25 a 30 cm da sarjeta) para facilitar a entrada nos ônibus tanto das pessoas com deficiências como qualquer cidadão que não é atleta. Esta determinação está sendo cumprida?

Maria Teresa – pelo que eu tenho visto das obras, não estão mexendo nas cotas das guias. Alguém saberia comentar? Não posso responder por eles, teríamos que perguntar.

Luiza – devem estar trabalhando com a cota existente. Se a elevação já existe, provavelmente estão mantendo porque já existe um ponto de ônibus. Se o passeio não é elevado, mesmo tendo um ponto de ônibus, com certeza não estão elevando.

Maria Teresa - melhor perguntarmos. Dos locais que vi não percebi isto; podemos perguntar se eles têm esta diretriz de trabalho: fazer o **alteamento** das **guias** juntos aos **pontos de ônibus**. De onde é esta recomendação? ABNT?

Sandra Ramalho – ABNT. Embaixo do Elevado é tudo alteado e é importante.

Luiza – nos próprios bairros também; há uma rampa de acesso. Mas penso que não estejam alterando. Não sabemos te informar agora. Temos que verificar.

Wans – queria saber se vocês irão compartilhar este documento conosco (planilha PEC). No CidadeaPé temos interesse em fazer uma vistoria, uma visita nesses locais. Queria deixar uma sugestão e já registrar que, para a **próxima reunião**, tenhamos essas informações - **como as obras estão sendo executadas e como está sendo realizada a fiscalização**. Temos observado muitas reclamações a respeito da qualidade na execução.

Maria Teresa – vamos convidá-los com certeza. Se tiverem reclamações específicas seria bom informar quais os locais. Há obras pela cidade toda; temos 206 mil prontas e mais 878 mil em andamento. As que eu tenho visto estão perfeitas, mas há várias empreiteiras e algumas trabalham melhor que outras. Portanto, se puderem passar os endereços dos locais onde não estão boas, ajudarão na fiscalização.

Wans – estamos trabalhando nisto em um documento onde já vistoriamos e fizemos esta fiscalização. Há um receio em chamarmos as pessoas para auxiliar por causa do isolamento, mas estamos nos esforçando. Podemos trazer algo a respeito na próxima reunião e apresentar este documento oficialmente (locais onde as obras estão fora do padrão estabelecido no PEC).

José Renato – apresentou algumas fotos ilustrativas de locais cujo padrão de obras está de acordo com o PEC).

Wans – apenas reforçando que solicitamos a planilha justamente para nos auxiliar na verificação dos locais afim de sermos coerentes na nossa avaliação.

Luiza – solicitaremos para a equipe da SMSUB elaboração de planilha e enviaremos para vocês independente da próxima reunião.

Maria Teresa - seria bom solicitarmos a planilha à SMSUB o mais rápido possível, eles filtram quais dados são públicos e disponibilizamos para vocês fazerem esta fiscalização/vistoria que estão programando. Daí, se puderem nos enviar os dados coletados o quanto antes, eles já trariam as repostas na próxima reunião. Claro que se não for possível tudo em um mês, deixamos para as próximas.

Wans – consideram que seria possível recebermos a planilha em uma semana e termos pelo menos umas duas semanas para apresentar o documento?

Maria Teresa - creio que sim, mas não posso me comprometer com data, pois são eles que fornecem.

Ana Carolina – gostaria de reforçar algo que vimos colocando desde o início. Quando fomos avisados sobre a execução das obras do PEC, para muitas pessoas não ficou claro qual o canal onde é possível realizar os questionamentos como, por exemplo, a qualidade do que está sendo entregue.

Maria Teresa – SMSUB.

Ana Carolina - sim, mas para muitos não está claro porque isto não se tornou público. Por mais que possamos ouvir de várias pessoas e repassar, não há um local onde podemos obter a informação sobre o que está sendo executado. Temos as camadas no GEOSAMPA dos locais previstos, mas não um local (site PMSP) onde é possível acompanhar o que está sendo feito. Isto reforça algo que apresentamos há um ano onde, neste tipo de ação, deve haver uma possibilidade de acompanhamento.

José Renato – tivemos a regulamentação do Estatuto do Pedestre e um dos itens previstos já foi implementado (adaptação do 156 tendo agora um box específico para o Pedestre). Os assuntos do Pedestre agora estão em destaque e você tem um acesso mais rápido para questionamentos.

Ana Carolina – então podemos indicar para que as pessoas enviem essas reclamações para o 156?

Maria Teresa - já está funcionando?

José Renato - já, quando acessamos o 156 há boxes específicos para o Pedestre.

Maria Teresa - é melhor, então, pois já fica tudo registrado.

Élio – há um detalhe que abordamos no início do programa sobre a **água pluvial** de cada residência/lote; **deve ser canalizada e não jogada em cima da calçada**, como vem acontecido até o momento nos outros programas do PEC. Estraga as calçadas e é muito desagradável andar pelo meio das águas. Solicito que seja incluída esta observação para os responsáveis das execuções em cada Subprefeitura.

José Renato – perfeito; esta é uma questão importante que consta do Decreto. Há uma orientação para que as águas corram embaixo do pavimento dos imóveis. Seria bom sabermos onde não ocorreu para corrigirmos.

Luiza – o próximo ponto é a **Regulamentação do artigo 30 da Lei 13.241/01**:

Art. 30 - *Para a regulação do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, o Poder Público deverá instituir, mediante lei específica, órgão regulador vinculado orçamentária e administrativamente à Secretaria Municipal de Transportes.*

Parágrafo Único. Em cada região do Subsistema Local haverá representação de usuários, relativa aos serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, a ser regulamentada em decreto. Imagino que vocês tenham alguma proposta a respeito disso.

Maria Teresa - o Sr. Élio já apresentou uma sugestão e temos uma orientação do Dr. Gilmar a respeito. O Sr. Élio nos enviou o ano passado e a Olívia (SPTrans) elaborou uma resposta em relação a isto. Ele deu entrada nesse pedido novamente e o Dr. Gilmar respondeu. O Pedro Ivo e a Michele recuperaram esse histórico. Temos uma nova resposta para o Sr. Élio ratificando o que já havia sido dito no passado. Poderia explicar por favor Michele?

Michele – o que foi dito tanto pela Maria Olívia quanto pela Assessoria Técnica da SMT é que esta proposta acaba concorrendo com o CMTT. Resumindo: concorre com o CMTT que, dentre os temas abordados, já tem o papel de discutir os assuntos envolvendo mobilidade urbana, incluindo os serviços de transporte coletivo público de passageiros. Além disso, a bancada de representantes da sociedade civil, já abrange as quatro regiões cardiais e centro expandido. Este foi o retorno da SMT.

Maria Teresa – na verdade o próprio CMTT já desempenha este papel e, portanto, não haveria sentido fazermos uma outra organização como se fosse um espelho do CMTT dentro da Câmara Temática.

Luiza – o CMTT já cumpre com o Artigo 30.

Maria Teresa – respondemos por escrito ao Sr. Élio, Michele?

Michele - sim. O SEI já foi encerrado (foi aberto dia 15.09.2019).

Maria Teresa – poderíamos enviar a ele o número do SEI para que acesse nossa resposta oficial dentro do processo.

Élio – não me foi respondido em setembro conforme foi falado.

Michele – a abertura do processo é que foi setembro.

Élio – considero que esta é uma questão que a Secretária é que deveria opinar porque a Lei não está sendo cumprida. A resposta foi um bocado esfarrapada por parte da Assessoria da SPTrans. Os **assuntos na periferia não são discutidos**, principalmente agora com vistas a implantação da nova rede. A SPTrans tem seus gerentes regionais que deveriam conversar para elaborar soluções adequadas na nova rede. Outra questão é em relação às obras da mobilidade ativa que deveriam ser realizadas junto às Subprefeituras com um papel ativo das GET (CET). O planejamento pode ser centralizado, mas a execução deveria ser descentralizada. Se não tivermos representações em cada subprefeitura não se realiza nada disso. A proposta de **regulamentação desse artigo único da Lei deveria substituir o CMTT na próxima eleição.**

Maria Teresa - amanhã teremos reunião sobre o Regimento Interno e em seguida discutiremos o edital das eleições. Podemos ver se dentro do Regimento Interno há algo que contempla esse assunto e se há outras necessidades de melhoria nesse sentido (representatividades). Também, quais são nossos limites de Legislação do nosso Jurídico (o que pode ser alterado em relação aos Decretos e Leis). Podemos fazer esse esforço e depois verificar como isso rebate no edital das eleições. O Sr. teve acesso ao processo? Leu a resposta que foi dada?

Élio – não.

Maria Teresa - então vamos **enviar** o número do **processo** e podemos também fazer um **PDF** (Michele), das **respostas** que constam no mesmo para ficar mais fácil.

Ana Carolina – gostaria de complementar que entendo o argumento do jurídico, mas penso que há uma questão que une vontade política de fazer esta representação regional acontecer com uma função distinta entre as duas propostas; o CMTT é mais voltado para as discussões das políticas de mobilidade como um todo. No tocante à **representação por região**, sempre entendi que sua **função** era mais para ter **um contato próximo com os usuários de cada região para resolver questões relativas ao transporte público em si** (serviço regulado pela SPTrans). Acho que ainda é possível, mediante uma vontade política, fazer com que isto aconteça concomitante com o CMTT.

Maria Teresa – seria um **outro Conselho**? Teríamos o CMTT, as representações por territórios e as Câmaras Temáticas? Uma instituição a mais?

Ana Carolina – acho que faz mais sentido que isto seja readequado para a próxima gestão do CMTT para que as representações regionais da sociedade civil do CMTT fossem vindouras dessas câmaras regionais (algo com a SPTrans).

Maria Teresa - **teríamos o número adequado**? O número de representantes da sociedade civil no CMTT é vinte e um e temos mais que vinte e uma subprefeituras. Esses vinte e um representantes são divididos em regionais, por segmento, etc. Na opinião de vocês, deveríamos aumentar o número de representantes do CMTT?

Ana Carolina – não, até porque o CMTT tem essa exigência de ser tripartite (mesma quantidade de representantes por segmento). Há outros conselhos na cidade que são temáticos que funcionam com interlocução nas subprefeituras ou que trabalham com representações regionais que elegem representantes. As pessoas que compõem essas câmaras por subprefeituras poderiam eleger os dois representantes da região para compor o CMTT. É uma combinação possível. Entendo que as representações regionais ligadas à SPTrans têm outras demandas e isto tudo não precisa, necessariamente, ser da mesma forma como funciona o CMTT. Querendo ou não, essa discussão sobre o formato, mesmo concomitante com o CMTT, está em aberto. Há espaço para pensarmos como poderia funcionar. Seria importante pensarmos nisso a partir da próxima eleição do CMTT.

Maria Teresa – está próximo. Você está participando do GT do Regimento Interno?

Ana Carolina – não.

Maria Teresa - Sr. Élio, faremos um esforço neste sentido dentro dos nossos limites. Tentaremos amarrar as representações, sem criar outras câmaras e/ou outros conselhos pois realmente não daríamos conta de administrar; penso que não seria viável.

Élio – só substituição.

Maria Teresa – amarrar a representatividade; por exemplo, se tivermos dois representantes da Leste, como é que estes dois poderiam amarrar com outras representatividades nas subprefeituras? Isto talvez seja possível; porém, ampliar a representatividade dentro do CMTT como, por exemplo os Regionais, para as trinta e duas subprefeituras, não considero viável. Até porque teríamos que mexer no Decreto.

Luiza – na CTB, quando eu participava, havia pessoas das diversas regiões da cidade.

Maria Teresa – também temos isto na CTMP. Temos 10 representantes que seriam os Regionais.

Ana Carolina – no caso da CTB, esta questão está diretamente relacionada com a organização da sociedade civil que tem representatividades regionais. Não está relacionada com a estrutura das subprefeituras.

Maria Teresa – na CTMP, pelo Regimento Interno poderíamos ter vinte e quatro membros sendo: quatro representantes do CMTT (dois da mobilidade a pé e dois de pessoas com deficiência) e mais vinte cidadãos engajados na Mobilidade a Pé que seriam eleitos em uma plenária pública. Dentro da plenária pública temos uma divisão que seriam dez vagas regionais (dois representantes/região – norte, sul, leste, oeste e centro); isto podemos tentar amarrar com as subprefeituras. Temos dez vagas de livre disposição que não necessitam estar amarradas a nenhum tema e cinco vagas de suplentes. Na plenária fariam votos nos candidatos. Hoje não temos vinte e quatro membros aqui nesta Câmara.

Ana Carolina – não; mas é que estou esperando, desde o início do ano, um retorno da SMT sobre a proposta de edital.

Maria Teresa – certo, é o nosso próximo ponto de pauta. Mas hoje temos “entre aspas”, vagas sobrando na nossa CTMP. Poderia haver muito mais gente participando. Não temos recebido interesse de cidadãos querendo participar nem como ouvinte. Espero que consigamos engajar por meio de uma eleição, dentro do que falaremos agora. Podemos passar então para o próximo ponto, pois uma coisa está relacionada com a outra?

Luiza – sim, a **proposta de edital de processo eletivo para a CT de Mobilidade a Pé**.

Michele – o que eu entendi sobre o retorno o Dr. Gilmar foi que ele solicitou apenas para incluir a igualdade da participação por gênero. Fiquei com uma dúvida: pelo nosso Edital não é uma pessoa só? Vocês dizem que seria uma pessoa de cada categoria (regional, organização e de livre disposição); neste sentido cada eleitor poderia votar em três candidatos. Não teríamos que mexer no nosso Edital?

Ana Carolina – pelo que eu havia entendido, não precisaríamos seguir a mesma lógica do edital do CMTT; desta forma, uma pessoa poderia votar em três candidatos.

Maria Teresa – então teríamos que elaborar um edital de eleição para a CTMP que deve observar a necessidade de representatividade de vagas para mulheres; ou seja, quatro representantes do CMTT sendo dois da mobilidade a pé e dois de pessoas com deficiência; temos também que respeitar a igualdade de participação por gênero: tanto para mobilidade a pé como para a com deficiência, devemos ter um homem e uma mulher).

Ana Carolina – então a paridade é por segmento dentro da CTMP?

Maria Teresa – sim, para as vagas de eleição, por serem vagas que elegem apenas um membro, não é possível fixar a igualdade de gênero, então no total teríamos que ter essa igualdade na representação. Teremos que instruir um processo SEI para cada documento, para podermos elaborar esse edital. Utilizando o material que a Ana Carolina sugeriu, poderíamos abrir um processo SEI, fazer uma minuta de edital de acordo com o que o nosso Jurídico solicitou e submeter a vocês para aprovação da CTMP.

Ana Carolina – uma dúvida, no CMTT vocês é que faziam o processo de recebimento das inscrições; tudo era feito pela SMT. No caso da eleição da CTMP vocês consideram que faria sentido vocês receberem as inscrições por um e-mail institucional e a partir daí seriam aprovadas as inscrições pela comissão eleitoral formada pelos conselheiros, ou seria melhor que fosse independente - as inscrições serem recebidas por um e-mail administrado pelos conselheiros do CMTT -?

Maria Teresa – penso que seja uma plenária e nessa plenária é votado; você está se referindo à preparação anterior da plenária para ver quem seriam os candidatos, correto? Nesse caso, acho que vocês como coordenadores da CTMP têm mais legitimidade para coordenar e verificar quem são as pessoas reconhecidamente engajadas na questão da mobilidade a pé. Não sei se há algum impedimento para isso. O que acha Michele? Já houve esse debate?

Michele - não acompanhei as eleições anteriores. É a primeira vez que estou participando. A Nancy acompanhou.

Rosa – nós trabalhamos no processo para as eleições gerais do CMTT, mas nunca nas Câmaras Temáticas. Na CTB, o grupo organiza uma eleição entre eles e nos envia os nomes dos eleitos que deverão permanecer por dois anos, em conformidade com o CMTT.

Maria Teresa – podemos ter essa validação dentro de uma plenária junto conosco; mas a recepção dos nomes pode ser feita pela própria CTMP. Devemos receber esses nomes para divulgar o assunto. Poderão fazer como é feito na CTB.

Nancy – na época, optamos por ficar à parte da escolha dos candidatos para eleição das Câmaras Temáticas. Cada câmara se organizou e apresentou sua chapa, seus candidatos.

Rosa – exatamente. O processo de eleição do CMTT é bem complexo e trabalhoso.

Ana Carolina – então podemos acordar que em relação à recepção das inscrições e nos responsabilizaremos (Eu e a Sandra), mas a divulgação no site dedicado à CTMP ficará por conta da SMT.

Maria Teresa - só preciso ver a questão da Lei eleitoral. Creio que não há problema, mas é preciso checar. Podemos divulgar e vocês poderão compartilhar o que divulgarmos; amarrar de forma a ficar claro que é uma eleição oficial. Acham que já é possível fazer a eleição para a próxima reunião? Qual o prazo que querem?

Rosa – com a pandemia como fica? Será tudo por e-mail?

Ana Carolina – é mais fácil ser tudo por e-mail ou formulário online. Vou olhar direito o edital, mas creio ser mais fácil o processo durar umas cinco ou seis semanas.

Maria Teresa – então não faríamos a eleição na próxima reunião, mas na seguinte?

Ana Carolina – faríamos na próxima ou, se possível, os novos membros eleitos já participariam da próxima reunião.

Maria Teresa – faríamos uma extraordinária apenas para votar, é isso?

Ana Carolina – sim. Sobre o retorno do edital, vocês enviarão algum documento comentado ou há somente essa observação sobre a paridade de gênero?

Maria Teresa – podemos enviar a resposta do Jurídico, é melhor. Sobre o edital das eleições é isso; deve ser respeitada a quantidade de vagas para mulheres e paridade de gênero. Para vaga de eleição, como é votação e cada voto elege um membro, ele considera que não há como fixar a igualdade de gênero nas outras vagas. Cada qual poderá votar no seu candidato. Não é possível fixar a votação em homem ou mulher a não ser que fossem chapas. Temos que pensar um pouco mais.

Ana Carolina – não podemos utilizar o mesmo mecanismo que o do CMTT? As mulheres com maior votação se elegem e em seguida os homens com maior votação.

Maria Teresa – pode ser. Sobre isso inclusive houve problema no CMTT tendo em vista uma mulher com três votos que passou na frente de homens com muito mais votos. Precisamos respeitar essa legislação. Vamos ver como deixamos isso claro no edital. Todo o procedimento na hora da votação deverá ficar bem amarrado para não ficar confuso e gerar problemas de impugnação depois.

Ana Carolina - sim, deixar claro. Podemos copiar o que está no CMTT.

Maria Teresa - como você já fez uma minuta de edital, responderemos sua minuta e aí vocês iniciam o processo. Vou pedir apenas mais uns três ou quatro dias porque amanhã temos reunião do Regimento Interno e estou focada nisso; partir de segunda-feira eu consigo fechar com a equipe para te enviar.

Ana Carolina – ok, grata.

Luiza – lembrando os encaminhamentos: **1)** enviar a planilha PEC; **2)** convidar para a próxima reunião alguém da **SMSUB** para fazer uma nova apresentação (avanços). É isso correto?

Michele – penso também que: **3)** tanto para o Sr. Élio como para a Ana Carolina poderíamos enviar o SEI e o retorno do Dr. Gilmar.

Élio - a **extensão das calçadas** (Eduardo Brettas), ficou pendente.

José Renato – falei com o Eduardo Brettas (SPUrbanismo), inclusive porque tenho acompanhado a execução da obra. O convidamos para participar hoje, mas não foi possível; esperamos que na próxima ele possa falar um pouco quais foram os resultados. A intervenção já está numa fase bastante adiantada e seria interessante para quem quiser conhecer. A calçada já foi ampliada, há um nivelamento do pavimento nos trechos que serão ocupados pelas mesas e pessoas. Em outros trechos foi realizada a pintura de solo com balizadores numa cor flamingo, meio rosa. A ideia é que na próxima reunião ele possa trazer dados concretos de avaliação. Há um bom trecho executado e outro em fase final.

Luiza – uma boa oportunidade para visitarmos e trazermos na próxima reunião nossos comentários.

Maria Teresa – alguém já viu como ficou? Posso projetar algumas imagens.

Ana Carolina - pessoalmente vi porque moro ao lado. As grades ainda estão lá.

José Renato - tenho visitado as obras com regularidade e alguns pontos que considero que podem ser corrigidos tenho passado para a SPUrbanismo. Em seguida comentou algumas imagens das obras já executadas pela SPUrbanismo: restaurante Casa do Porco (execução do PEC concomitante com a da extensão das calçadas); os vasos fazem os limites entre a calçada original e a que foi ampliada, há uma chapa metálica com ranhuras para não escorregar que faz com que a ampliação mantenha o mesmo nível da calçada. O mesmo trecho, mais para frente, está em obras: algumas empresas colocam o ladrilho hidráulico concomitantemente e outras fazem o pavimento e depois quebram o trecho onde será colocado o ladrilho hidráulico. As mesas seguem com uma distância de 1,50 ou 2,00 m para evitar que as pessoas fiquem muito próximas umas das outras.

Sandra Ramalhão – quer dizer que ficou tudo no plano alto? Tudo nivelado?

Maria Teresa – sim.

José Renato – na parte de baixo dá para observar a chapa que é colocada, com os vasos fazendo o papel de balizadores.

Sandra Ramalho – eu não visitei pois não posso, pelo menos por enquanto; temos que ver como está o acesso à calçada nas esquinas para que a pessoa possa entrar.

Maria Teresa - penso que isto ficou no padrão normal. É uma obra do PEC e, portanto, acontecem no padrão da PMSP, com piso tátil, etc.

Ana Carolina – há uma extensão na esquina; o que é bom pois há um espaço de manobra.

José Renato - isso, segue o padrão do PEC, há o rebaixamento e ainda uma área rebaixada com a pintura de solo e balizadores.

Luiza – há também a faixa de pedestres.

José Renato – o PEC pega não só a General Jardim e a Bento Freitas onde ocorre a ampliação de calçadas, mas também a Rua Araújo e outros trechos. Na área entre a Praça da República e o Minhocão há várias vias que fazem parte do PEC em virtude da conexão com o centro, com o metrô, com a Santa Casa (locais com bastante fluxo de pedestres).

Maria Teresa – então vamos solicitar ao Dado (SPUrbanismo) que participe da próxima reunião ou envie algum representante para explanarem sobre a avaliação em relação ao funcionamento; questões inclusive que o Mauro Calliari havia solicitado na última reunião (**parâmetros de avaliação**).

Gilberto – sobre o processo eleitoral – CTMP - penso que deveríamos ter um deadline para que seja divulgado. Quanto antes isto acontecer tanto melhor para espalhar em nossas respectivas redes de contato.

Maria Teresa – entendi que a divulgação ficaria com vocês. Vamos colocar no site, mas como estamos muito restritos (Lei eleitoral), vocês fariam a divulgação e chamariam os interessados neste segmento da sociedade.

Gilberto – sim, mas há uma certa urgência que seja divulgado oficialmente para podermos linkar nossas páginas à página da informação.

Maria Teresa – claro, fechando a minuta do edital podemos colocar imediatamente no site e enviar para vocês. Estamos utilizando o que vocês enviaram como ponto de partida e iremos apenas ajustar com as recomendações do nosso jurídico. Enviaremos para vocês e se concordarem, já colocamos no site.

Gilberto – ok, obrigado.

Élio – há um ponto que não faz parte da pauta, mas acho que é oportuno: existem dois projetos na Câmara, votados em primeira votação, que nos afetam muito. **1)** Cidade Limpa (Tuma) e **2)** Táxis nos corredores de transporte que afetam tanto a qualidade do transporte coletivo, quanto o custo, pois a PMSP acaba subsidiando em função de não existir uma velocidade adequada. Nessas duas questões apelo para que a Secretária converse com o Prefeito no sentido de que não sejam aprovados, pois prejudicará a todos nós.

Maria Teresa - em relação ao Projeto de Lei, a Câmara tem sua autonomia. O Prefeito pode até ter sua opinião e tentar articular, mas são eles que votam. Claro que estamos preocupados e inclusive em reunião com a CPPU para tratar de outras questões, vimos que

estão todos preocupados com este assunto. Sobre a questão dos táxis, creio que seria um ponto de pauta para levarmos para o CMTT (22.09).

Élio – é que o transporte coletivo faz parte do nosso dia-a-dia.

Maria Teresa – claro, mas penso que é num âmbito maior e não somente na CTMP. Esse assunto está relacionado com outros. Seria bom ser debatido com os próprios membros do transporte público; por exemplo a SPTrans. Não seria bom eles ouvirem também? Não temos também o DTP participando; enfim, outras áreas que poderiam debater junto conosco.

Élio - ok, obrigado.

Luiza – bem, terminamos?

Maria Teresa – Podemos encerrar.

Encaminhamentos gerais:

1. Envio da Planilha atualizada do PEC;
2. Convite à SMSUB para nova apresentação na CTMP (**PEC-avanços + execução e fiscalização** – Wans -);
3. Envio do SEI para Sr. Élio e Ana Carolina + retorno do Dr. Gilmar (Jurídico);
4. Convite à SPUrbanismo (Eduardo Brettas ou representante) para participação na próxima reunião da CTMP: explanação sobre os **avanços e avaliação de parâmetros** (Mauro Calliari);
5. Apresentação da Wans na próxima reunião da CTMP: documento oficial elencando os locais onde as obras do PEC estão fora do padrão estabelecido. **Sugestão** Maria Teresa: se possível passarem antes esta relação para que a SMSUB já traga as respostas);
6. Táxis nos corredores de transporte coletivo (Projeto de Lei) – possível ponto de pauta para reunião do CMTT (22.09.2020).